

Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Renata Marques Ferreira



ESTATUTO DA CIDADE

COMENTADO

LEI N. 10.257/2001

LEI DO MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL

6ª EDIÇÃO

revista, atualizada
e ampliada

Lei de regularização fundiária de assentamentos urbanos (Lei n. 11.977/2009)

- Lei de proteção da população contra riscos de desastres naturais (Lei n. 12.608/2012)
- Lei de competência ambiental (LC n. 140/2011)
- Tutela jurídica dos aglomerados subnormais (favelas)

Resumo de Estatuto da Cidade Comentado. Lei N. 10257/2001. Lei do Meio Ambiente Artificial

Este livro trata, de forma clara e didática, da tutela jurídica do meio ambiente artificial (espaço urbano) vinculado à garantia do direito a cidades sustentáveis. A obra aborda o direito a cidades sustentáveis, com particular atenção à garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)